

ATA NÚMERO 10/XIII/1.ª SL

Aos 19 dias do mês de janeiro de 2016, pelas 16:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audiência à Associação Portuguesa de Radiodifusão (APR) e Associação das Rádios de Inspiração Cristã (ARIC), para apresentação de proposta que visa a criação de um Regime Jurídico destinado a regular o esclarecimento cívico e o direito de antena respeitantes aos vários atos eleitorais.
2. Informações;
3. Apreciação e votação da ata da reunião anterior;
4. Apreciação e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão para 2016 - Não é o momento de continuarmos como dantes [COM\(2015\)610](#)
 - Relatora: Deputada Joana Barata Lopes (PSD)
5. Apreciação e votação do relatório relativo à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que visa assegurar a portabilidade transfronteiras dos serviços de conteúdos em linha no mercado interno [[COM\(2015\)627](#)].
 - Relator: Deputada Inês de Medeiros (PS)
6. Admissibilidade e distribuição da Petição n.º 19/XIII/1 - *Pretende que seja proibido o trabalho e assistência por menores em espetáculos tauromáquicos.*
 - Relator: a indicar pelo PSD
7. Apreciação e votação da proposta de mandato e de Plano de Atividades do Grupo de Trabalho do Desporto para a 1.ª Sessão Legislativa.
8. Outros assuntos.

1. Audiência à Associação Portuguesa de Radiodifusão (APR) e Associação das Rádios de Inspiração Cristã (ARIC), para apresentação de proposta que visa a criação de um Regime Jurídico destinado a regular o esclarecimento cívico e o direito de antena respeitantes aos vários atos eleitorais.

Os representantes da Associação Portuguesa de Radiodifusão (APR) e da Associação das Rádios de Inspiração Cristã (ARIC) efetuaram a apresentação e fundamentação da [proposta](#) que visa a criação de um Regime Jurídico destinado a regular o esclarecimento cívico e o direito de antena respeitantes aos vários atos eleitorais, em que sugerem, em síntese, o seguinte:

- Criação de um diploma específico, à semelhança do que já existe para a questão da cobertura jornalística em período eleitoral (Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho), que incluía

todas as soluções que se apresentam adequadas à eliminação dos estrangulamentos detetados no quadro vigente;

- Disponibilização obrigatória, pelas rádios locais, de tempos de antena, cuja duração, segundo a natureza da eleição, seja uniforme;
- Fixação prévia (tabela) das compensações pelos tempos de antena por referência à tipologia das entidades envolvidas - televisão, rádios nacionais, rádios regionais e rádios locais - na qual os valores devidos sejam definidos por referência à unidade de conta processual, com a consequente atualização e sem necessidade de recurso a qualquer intervenção legislativa posterior;
- Definição da função da Comissão Nacional de Eleições ou de quaisquer outras entidades públicas com competências em matérias eleitorais, relativamente à promoção, em todos os meios de comunicação social, da divulgação de informação e esclarecimentos respeitantes ao ato eleitoral em causa, nomeadamente no que se refere à divulgação da sua realização e ao apelo à participação do eleitorado nesses mesmos atos.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados João Pinho de Almeida (CDS-PP), Sara Madruga da Costa (PSD), Inês de Medeiros e Carla Sousa (PS), Diana Ferreira (PCP) e Jorge Campos (BE), que apresentaram as posições dos respetivos Grupos Parlamentares em relação às matérias expostas e colocaram algumas questões.

Em resposta aos comentários e às perguntas formuladas, os representantes da APR e da ARIC referiram-se à Comissão Arbitral e ao problema do desequilíbrio de forças que se verifica e, relativamente à questão mencionada, da escassez de meios das rádios locais, afirmaram que a situação de precariedade se deve ao incumprimento da lei, por parte do Estado, referindo que não houve um único diploma que beneficiasse as rádios. Entendem ainda que se torna hoje mais fácil aos partidos mais pequenos fazer chegar os seus tempos de antena, com recurso à internet e, por outro lado, consideram que as rádios já disponibilizam hoje os meios técnicos e humanos para as gravações.

Quanto à questão dos horários, deixam em aberto para decisão dos Deputados, mas entendem que os tempos de antena deverão ser passados em horários em que as pessoas possam ver. Afirmaram ainda não dispor de uma estimativa de custo mas reafirmaram que os custos dos tempos de antena devem ser regulados, tendo em conta os custos de mercado, os custos de produção e o valor do serviço público. Entendem ainda que as unidades de conta devem ser fixadas pelo Estado e acompanhar a inflação e terminaram, defendendo que é cedo para se proceder à avaliação da lei de cobertura jornalística em período eleitoral.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

2. Informações;

- 2.1. A Senhora Presidente da Comissão fez referência à audiência realizada, naquela mesma tarde, na Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, com o Senhor Hugo Barreto, secretário-geral da Fundação Roberto Marinho, que tutela o Museu da Língua Portuguesa, em S. Paulo, que transmitiu uma nota de otimismo relativamente à reconstrução daquele Museu, cujas obras deverão estar concluídas dentro de dois anos.
- 2.2. Comunicou também que, de acordo com informação do Grupo Parlamentar do PS, a Senhora Deputada Inês de Medeiros deixará de exercer as funções de coordenadora da área de cultura e comunicação, sendo substituída pela Senhora Deputada Gabriela

Canavilhas, mantendo-se o coordenador da área de juventude e do desporto, Deputado João Torres.

2.3. Transmitiu ainda que baixaram à Comissão as iniciativas legislativas abaixo, relativamente às quais foi deliberado o seguinte:

- Projeto de Lei n.º 98/XIII (BE) - [Alarga a oferta de serviços de programas na TDT, garantindo condições técnicas adequadas e o controlo do preço](#). A apresentação da iniciativa, pelo autor, deverá ocorrer na reunião de 2 de fevereiro e a apreciação e votação do parecer na reunião de 9 do mesmo mês, cabendo ao PS a sua elaboração.
- Projeto de Resolução n.º 87/XIII (PSD), sobre o [Lançamento de um Programa de Intervenção Cultural no Brasil na sequência do incêndio no Museu da Língua Portuguesa de São Paulo](#). O PSD solicitou a sua discussão em Plenário.

2.4. A Senhora Presidente transmitiu ainda que foi recebida uma comunicação do Presidente do Conselho de Administração do Teatro Nacional D. Maria II, solicitando o adiamento, se possível, da visita da Comissão, prevista para o dia 26 de janeiro, para o dia 9 de fevereiro. Este pedido prende-se com o facto de considerarem fundamental a presença do diretor artístico, Tiago Rodrigues que, por razões profissionais, se encontra fora do país naquela data.

Nesta sequência, a Comissão deliberou propor uma nova data, de acordo com a calendarização dos trabalhos da Comissão.

2.5. Referiu-se ainda ao pedido de audiência de Carla Vieira, legal representante da revista SAL – Saúde, Artes e Letras, para alertar a Comissão para um problema que se prende com as pequenas editoras de revistas. Após a intervenção dos Senhores Deputados João Pinho de Almeida (CDS-PP), Gabriela Canavilhas (PS), Pedro Pimpão (PSD) e Inês de Medeiros (PS), foi deliberado que a audiência será realizada por um deputado-piloto, em reunião aberta a todos os Deputados que entendam estar presentes. Atendendo às matérias em causa, a Comissão ponderará a remessa do relatório da audiência às Comissões de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa e de Saúde.

Cabendo ao PSD a indicação do deputado-piloto, foi designado o Senhor Deputado José Carlos Barros, que procederá ao agendamento da mesma.

2.6. Por último, a Senhora Presidente submeteu à consideração dos presentes a proposta de calendário de audições e audiência abaixo, tendo a mesma sido aprovada, pelo que serão contactadas as entidades envolvidas:

- | | |
|-------------------------------|----------------------------------------------|
| • Dia 26 de janeiro – 16h30 | - Audição do Conselho de Administração RTP |
| • Dia 02 de fevereiro – 16h00 | - Audição regimental Ministro Educação /SEJD |
| • Dia 3 de fevereiro – 11h00 | - Audição Comité Olímpico de Portugal |
| • Dia 3 de fevereiro – 12h00 | - Audição Comité Paralímpico de Portugal |
| • Dia 10 de fevereiro – 12h00 | - Audiência SOS Azulejo |
| • Dia 16 de fevereiro – 16h30 | - Audiência Assoc. Portuguesa Museologia |

3. **Apreciação e votação da ata da reunião anterior;**

A ata n.º 9, relativa à reunião de 12 de janeiro de 2016, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

4. Apreciação e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão para 2016 - Não é o momento de continuarmos como dantes
[COM\(2015\)610](#)

A Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) apresentou o relatório.

Interviu, de seguida, a Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS), que cumprimentou a Deputada Relatora e chamou a atenção para importância dos pilares 6 (Um Acordo de Comércio Livre razoável e equilibrado com os EUA) e 9 (Uma Europa mais forte na cena mundial), questionando se não existirá matéria que deva ser objeto de escrutínio da Comissão.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) saudou a relatora pela elaboração do relatório e afirmou que, por uma questão de princípio, o PCP não votará favoravelmente, o que nada tem a ver com o relatório em si, mas com as matérias que constam da iniciativa, dado que o PCP discorda da atribuição de verbas para a criação de incentivos ao emprego jovem, por entender que os estágios não correspondem a empregos e que esses incentivos sustentam a precariedade.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) cumprimentou a relatora e considerou também que a questão da exceção cultural constitui matéria muito relevante, pelo que deverá ponderar-se o seu escrutínio nesta Comissão.

A Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) manifestou-se disponível para incluir as propostas apresentadas tendo, no entanto, sublinhado que as temáticas selecionadas são as que se incluem no âmbito da 12.ª Comissão e que as questões que foram apontadas, embora relevantes, não constam do Programa de Trabalho da Comissão Europeia.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) lembrou que uma das questões centrais do Tratado Transatlântico se prende com as exceções culturais, direitos de autor, direitos conexos e direitos de propriedade intelectual, pelo que a Comissão deverá estar atenta a estas matérias.

A Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) reafirmou não ter objeções em relação à inclusão das matérias indicadas. Assim, e com estas alterações, o relatório foi aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a abstenção do BE e do PCP.

5. Apreciação e votação do relatório relativo à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que visa assegurar a portabilidade transfronteiras dos serviços de conteúdos em linha no mercado interno
[\[COM\(2015\)627\]](#).

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) apresentou o relatório.

Interviu, de seguida, a Senhora Deputada Susana Lamas (PSD), que cumprimentou a relatora e anunciou o voto favorável do PSD.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) felicitou a relatora pela elaboração do relatório e pelo trabalho que desenvolveu neste âmbito e disse concordar com a referência que é feita à incoerência desta iniciativa, no que se refere à harmonização dos

direitos de autor e direitos conexos, afirmando ainda que se trata de um problema recorrente das iniciativas europeias.

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) cumprimentou a relatora e afirmou que as preocupações levantadas, quanto à repercussão dos custos no consumidor, são também partilhadas pelo PCP. Terminou, anunciando o voto favorável do PCP.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) felicitou a relatora pela elaboração do relatório e declarou o voto favorável do BE.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) agradeceu as intervenções e lançou o apelo para que a Comissão acompanhe com atenção estas questões.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

6. Admissibilidade e distribuição da Petição n.º 19/XIII/1 - *Pretende que seja proibido o trabalho e assistência por menores em espetáculos tauromáquicos.*

Apreciada a nota de admissibilidade, a petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

Cabendo ao PSD a indicação do relator, foi designado o Senhor Deputado Joel Sá.

7. Apreciação e votação da proposta de mandato e de Plano de Atividades do Grupo de Trabalho do Desporto para a 1.ª Sessão Legislativa.

O Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) apresentou a proposta de mandato e Plano de Atividades consensualizada na reunião do Grupo de Trabalho.

Interveio, de seguida, o Senhor Deputado António Cardoso (PS) para recordar que se trata de um plano ambicioso, cujo sucesso dependerá da capacidade de concretização das atividades previstas, e anunciou ainda o voto favorável do PS.

Submetido a votação, o mandato e o Plano de Atividades foram aprovados por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

8. Outros assuntos.

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 18:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 janeiro 2016

A PRESIDENTE

(EDITE ESTRELA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
Carla Sousa
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Edite Estrela
Firmino Pereira
Gabriela Canavilhas
Helga Correia
Inês de Medeiros
Joana Barata Lopes
João Pinho de Almeida
João Torres
Jorge Campos
Norberto Patinho
Pedro Pimpão
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Carlos Silva
Joel Sá
José Carlos Barros
Palmira Maciel
Ricardo Leão

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Azevedo Castro
Luís Monteiro
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Diogo Leão
Pedro do Ó Ramos